

Doria prevê vacinação de toda população adulta de SP até o final de outubro

O governo João Doria (PSDB) prevê a vacinação de toda a população adulta (a partir de 18 anos) do estado de São Paulo até o dia 31 de outubro.

A informação foi antecipada na tarde desta quarta-feira (2) pelo próprio Doria em seu perfil de rede social e divulgada em entrevista aos jornalistas no Palácio dos Bandeirantes, zona oeste de São Paulo.

A data prevista inicialmente para vacinar toda a população adulta do estado era 31 de dezembro, mas Doria disse que será possível antecipar essa data em dois meses. A previsão considera a data estimada de aplicação da primeira dose.

O cronograma atualizado de vacinação em São Paulo

prevê a vacinação por faixas etárias após o término da vacinação dos grupos prioritários previstos no PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Segundo o governo, no entanto, a vacinação está condicionada à disponibilização de doses pelo Ministério da Saúde por meio do PNI.

Além disso, não foi dada explicação de como seria a vacinação de pessoas sem comorbidades e não inseridas nos grupos previstos pelo Ministério da Saúde, que até o momento preconiza apenas a vacinação por critério de prioridade.

Hoje, só as vacinas Oxford/AstraZeneca, produzida pela Fiocruz, e a da Pfizer têm registro de uso definitivo e podem ser utilizadas em toda a população maior de 18

anos. Não há dados sobre a submissão de registro definitivo da Coronavac no painel de vacinas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A Fiocruz recebeu nesta quarta (2) os insumos que vão permitir o início da primeira produção inteiramente nacional da vacina contra a Covid-19. A fabricação deve começar nas próximas semanas e as entregas devem ocorrer apenas a partir de outubro. A quantidade prevista do imunizante feito no país, porém, foi bastante reduzida em relação à estimativa inicial. A fundação calcula que serão cerca de 50 milhões dessas doses disponibilizadas até o fim do ano, sendo que antes eram estimados 110 milhões.

Ana Bottalo/Folhapress



Economia



Brasileiros têm R\$ 8 bilhões a receber de instituições financeiras

Página - 03

Crise de energia e de insumos podem tirar um ponto do PIB

Página - 03



Bolsa fecha na máxima, em alta de 1,04%, em novo recorde histórico

Página - 06

Dólar futuro cai 1,46% e juros terminam quase estáveis

Página - 06

Indústria

Produção industrial recua 1,3% no país em abril

Página - 05

Com vendas em alta, montadoras irão parar novamente por falta de peças

Página - 05

Fim de prazo extra para patentes deve beneficiar indústria brasileira

Página - 05



No Mundo

Cúpula internacional arrecada mais US\$ 2,4 bi para distribuir vacinas



Líderes de 40 países e várias organizações e empresas comprometeram-se ontem (2) a contribuir com quase US\$ 2,4 bilhões para o mecanismo Covax distribuir vacinas contra covid-19 aos países mais pobres.

O presidente da Aliança Global das Vacinas (Gavi), José Manuel Durão Barroso, considerou que os compromissos assumidos numa cúpula internacional, organizada juntamente com o governo do Japão, “lançam um caminho para o fim da pandemia”.

O Covax atingiu 9,6 bilhões de euros em financiamento para a compra de vacinas e 807 milhões para entregas. O valor deverá

permitir a proteção de quase 30% da população adulta em 91 países de rendimentos mais baixos, com entregas previstas para este ano e o início de 2022.

Os países participantes da cúpula de hoje comprometeram-se ainda a doar mais de 54 milhões de doses que têm em excesso, atingindo uma reserva total superior a 132 milhões de doses para o Covax.

Em 2021 e 2022, o Covax tem prevista a entrega de 1,8 bilhão de doses de vacinas contra a covid-19.

O governo do Japão, representado pelo primeiro-ministro Yoshihide Suga, aumentou de 200 milhões para 1 bilhão sua contribuição ao Covax.

No encerramento da cúpula, Durão Barroso lembrou os 300 milhões de euros adicionais prometidos pela Comissão Europeia e pelo Banco de Investimento Europeu, que permitirão ao Covax “comprar rapidamente vacinas para os países da África sub-Saariana”.

Vários parceiros privados do Covax comprometeram-se com donativos no valor de 300 milhões de euros.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, considerou que o mecanismo permite atingir “uma distribuição mais igualitária” da vacina contra a covid-19, “uma das melhores armas para acabar com a pandemia”.

RTP/ABR

Ex-político de centro-esquerda, Herzog é eleito presidente de Israel

O Parlamento de Israel elegeu nesta quarta-feira (2) o ex-político de centro-esquerda Isaac Herzog como presidente do país, um papel essencialmente simbólico, mas que também busca promover a união entre grupos étnicos e religiosos.

Herzog derrotou a candidata Miriam Peretz - educadora e mãe de dois soldados de infantaria israelenses mortos em combate - por 87 votos a 26.

Ele assumirá a Presidência no mês que vem, substituindo Reuven Rivlin, que está encerrando um mandato de sete anos.

Eleito ao Parlamento pela primeira vez em 2003, Herzog, de 60 anos, liderou o Partido Trabalhista e ocupou vá-

rios ministérios em governos de coalizão. Seu cargo público mais recente foi o de chefe da Agência Judaica para Israel, que incentiva a imigração.

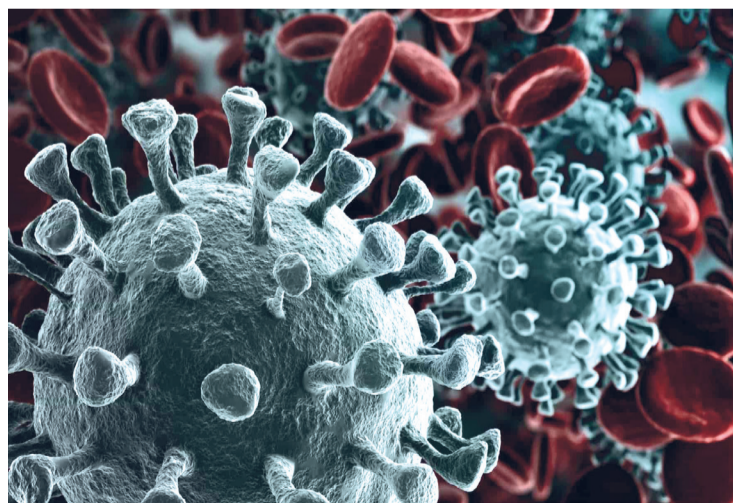
Derrotado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, em uma eleição nacional em 2015 para o cargo de premiê, Herzog foi escolhido como presidente no momento em que seu ex-adversário enfrenta a possibilidade de ser afastado por uma aliança multipartidária de desafiantes.

A batalha pelo posto de premiê provoca insatisfação na base da direita religiosa de Netanyahu. Muitos israelenses de esquerda exigem há tempos sua saída, já que ele está sendo julgado devido a acusações de corrupção, que ele nega.

Reuters/ABR



Covid-19: estudo diz que infectados podem gerar anticorpos permanentes



Estudo publicado na revista Nature revelou, pela primeira vez, que pessoas que contraíram a doença de forma leve ou moderada desenvolvem uma célula imunológica capaz de produzir anticorpos contra o SARS-CoV-2 para o resto da vida.

Uma das observações em pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 mostra que o nível de anticorpos – proteínas capazes de impedir o vírus de infectar as células – começa a diminuir após quatro meses. O importante é perceber se, apesar da queda de anticorpos, o doente desenvolveu também uma resposta imunológica completa, que inclui a criação de glóbulos brancos

capazes de eliminar o vírus, muitos meses e até anos após a primeira infecção.

Vários estudos têm indicado que as pessoas que passam pela infecção e aquelas que são vacinadas geram uma resposta celular imune que as protege de reinfeções.

O estudo publicado pela Nature traz boas notícias. Os especialistas analisaram 77 doentes que tiveram a doença de forma leve ou moderada. Na maioria, eles notaram que os anticorpos diminuem acentuadamente após quatro meses, mas a redução é mais lenta e essas moléculas ainda estão presentes no sangue 11 meses após a doença. O estudo foi o primeiro a analisar a presença de células plasmáticas

cas de longa vida na medula óssea.

As células plasmáticas são geradas quando um patógeno entra no organismo. No caso da covid-19 é, por exemplo, a proteína S que o vírus usa para infectar as células humanas.

Após a infecção, essas células imunes viajam pela medula óssea, onde permanecem em estado latente. Se o vírus reaparecer, as células regressam à corrente sanguínea e começam novamente a produzir anticorpos. O estudo mostra que a grande maioria dos doentes que conseguiram recolher amostras de medula óssea – 15 de 18 – gerou células plasmáticas no sistema imunológico.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Brasileiros têm R\$ 8 bilhões a receber de instituições financeiras



Os brasileiros têm R\$ 8 bilhões em recursos que devem ser devolvidos pelos bancos. Para que esse dinheiro chegue a quem tem direito, o Banco Central (BC) está desenvolvendo o Sistema de Informações de Valores a Receber (SVR), que permitirá a consulta de eventuais saldos nas instituições financeiras, para pessoas físicas e empresas, facilitando o processo de devolução.

A expectativa do BC é de que o sistema entre em operação em dezembro, e que ofereça informações sobre saldo credor de contas encerradas, parcelas de empréstimo e tarifas cobradas indevidamente, recursos não procurados após encerramento de grupos

de consórcio e cotas de capital a devolver em cooperativas de crédito, entre outros.

“Boa parte das pessoas desconhece ou não se lembra que possui esses direitos. Além disso, a perspectiva de recebimento de valores baixos pode não motivar as pessoas a procurarem as instituições financeiras com as quais mantém ou mantiveram relacionamento atrás de informações. O objetivo do Valores a Receber é justamente facilitar essa comunicação entre instituições e clientes”, afirmou o BC em nota, nessa terça-feira.

Segundo o BC, os dados do novo sistema englobarão informações relativas a: contas de depósitos em moeda nacional encerradas com saldo disponível; contas de

pagamento pré-paga e pós-paga encerradas com saldo disponível; contas de registro mantidas por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, por sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O sistema também terá informações sobre tarifas cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos com entidades e órgãos reguladores ou de fiscalização e controle, parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos com entidades e órgãos reguladores. ABR

Crise de energia e de insumos podem tirar um ponto do PIB



O risco de desabastecimento de energia e a falta de fornecimento de insumos para a indústria ameaçam derrubar em até um ponto percentual o ritmo da retomada, segundo técnicos do Ministério da Economia.

O diagnóstico ameaça o otimismo do ministro Paulo Guedes. Animado com a experiência da vacinação em massa em Serrana (SP), ele esperava crescimento na casa de 6% neste ano.

O impulso seria a imunização de pelo menos metade da população até o fim do terceiro trimestre.

No entanto, na avaliação de auxiliares de Guedes, o acionamento das usinas térmicas, que geram energia a

Crise hídrica afeta inflação e preço de alimentos, diz presidente do BC

O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira (2) que a crise hídrica vivida atualmente no Brasil afeta a inflação e, por isso, mudanças climáticas estão cada vez mais no radar da autoridade monetária.

“Como isso afeta a política monetária? Estamos falando sobre crise de energia no Brasil novamente, porque não está chovendo o suficiente. Isso tem efeito na inflação, no preço dos alimentos, afeta tudo que fazemos. Está muito ligado ao nosso mandato”, disse em evento promovido pelo BIS (Bank for International Settlements).

Segundo o titular do BC, os choques climáticos tam-

bém podem afetar a taxa de juros e o mercado de crédito.

“Isso [mudanças climáticas] cria muitos desafios mas também muitas oportunidades”, afirmou. Para ele, a indústria de finanças sustentáveis pode ser ainda mais criativa e produtiva.

Campos Neto reiterou que a sociedade demanda que o crescimento econômico seja sustentável e inclusivo. “A maturidade da população nesse aspecto mudou completamente [nos últimos anos]”, pontuou.

O presidente do BC lembrou que o tema era tratado em um departamento dentro da autarquia e recentemente foi ampliado para uma dimensão na agenda institucional.

Larissa Garcia/Folhapress



custo muito mais elevado, vai pressionar para cima a conta de luz neste ano, especialmente a do setor produtivo, levando a inflação para cerca de 4,5%, acima do centro da meta novamente.

Nos últimos anos, o CMN (Conselho Monetário Nacional) tem definido um intervalo de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

Nesse patamar, a tendência, ainda segundo assessores de Guedes, é que o BC aumente a taxa básica de juros para algo perto de 6% ao ano. Hoje, a Selic está em 3,5%.

Na avaliação do ministro, a vacinação determinará o ritmo de crescimento da economia porque a população voltará às ruas. Sem medo, o consumo reaquece e a roda da economia volta a girar.

Serrana, por exemplo, cidade paulista abriga estudo de vacinação do Instituto Butantan, quer reabrir seguindo protocolos de segurança. Lá, 95% da população está vacinada.

No entanto, em nível federal, além das dificuldades em se comprar vacinas suficientes para imunizar ao menos metade dos brasileiros até setembro, existem outros problemas a serem resolvidos pela equipe econômica.

Segundo assessores do ministro, hoje há defasagem na entrega de insumos para a indústria, o que segura a produção e o consumo. Com menos produtos no mercado, também pode haver pressão sobre preços de mercadorias, impactando a inflação.

Julio Wiziack/Folhapress

Política

Receita Federal rastreou investigações contra Bolsonaro, primeira-dama, ex-mulheres, filhos e Queiroz



A Receita Federal solicitou uma devassa em seus sistemas para tentar identificar investigações em dados fiscais do presidente Jair Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira-dama, Michelle.

O levantamento foi solicitado pelo fisco no ano passado ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão responsável pela guarda das informações dos sistemas da Receita Federal.

A devassa também abrangeu acessos aos dados fiscais de Fabrício Queiroz, amigo de Bolsonaro e ex-assessor de Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) apontado como operador financeiro do es-

quema da “rachadinha” no antigo gabinete do senador na Assembleia Legislativa.

O levantamento foi muito mais amplo do que apontado meses atrás como um movimento apenas da defesa de Flávio contra a investigação da “rachadinha” tocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Atingiu, na verdade, todo o entorno familiar do presidente, incluindo suas duas ex-mulheres com quem dividiu seu patrimônio e que não são alvo da investigação contra o senador. O rastreamento abrangeu 22 sistemas de dados da Receita no período de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

A pesquisa custou R\$ 490,5 mil à Receita, pagos

ao Serpro. O valor foi obtido pelo jornal Folha de S.Paulo por meio da Lei de Acesso à Informação e publicado nesta quarta-feira (2) pelo site Metrópoles.

Procurada, a Receita afirmou que não iria se manifestar sobre a amplitude das pesquisas.

A mobilização da estrutura do governo em favor de Flávio foi revelada em outubro pela revista Época. Na ocasião, soube-se que as advogadas Juliana Bierrenbach e Luciana Pires recorreram à Receita e ao Serpro para tentar descobrir em que momentos os dados fiscais do senador e de sua mulher foram acessados.

Italo Nogueira/Folhapress

Missão 5G do governo levará Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira e ministros do TCU aos EUA



A missão do governo brasileiro que parte do Brasil neste domingo (6) para conhecer as redes privatizadas de 5G nos Estados Unidos será composta por mais de 10 pessoas, entre as quais os senadores Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), Ciro Nogueira (PP-PI), ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) e o diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Alexandre Ragem.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, vai chefiar o grupo e detalhou nesta quarta-feira (2) o roteiro, que inclui agendas em Washington e Nova York até a sexta-feira seguinte ao embarque (11).

De acordo com Faria, no roteiro do grupo estão visitas

CPI da Pandemia: médica diz não saber motivo de saída de ministério

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado, nesta quarta-feira (2), a médica infectologista Luana Araújo disse que não sabe o motivo de sua saída da equipe do Ministério da Saúde.

Aos senadores, acrescentou que, apesar de ter trabalhado alguns dias no ministério, não chegou a ter sua nomeação publicada para chefiar a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19. Questionada se sua posição pública contrária ao uso da cloroquina no tratamento de pacientes de covid-19 foi o motivo de sua saída, a médica também não soube responder. “Entendi que a coisa estava se arrastando e que não iria acontecer”, afirmou.

Ao se definir como “uma pessoa assertiva e segura da sua competência”, a infectologista relatou que, apesar de não ter recebido uma justificativa detalhada do motivo da desistência do seu nome

para integrar a equipe do ministério, foi procurada pelo ministro Marcelo Queiroga. “O ministro, com toda a hombridade que ele teve ao me chamar, ao fazer o convite, me chamou ao final e disse que lamentava, mas que a minha nomeação não sairia, que meu nome não teria sido aprovado”, relatou.

A médica disse à CPI que quando foi convidada pelo atual ministro da Saúde para chefiar uma secretaria na pasta lhe foi apresentado “um projeto sólido, baseado em evidências, de superação desses obstáculos no contexto brasileiro, e também a necessidade de alguém técnico e competente para conduzir esse trabalho”. “Aceitaria o convite para esta posição enquanto me fosse garantida a autonomia necessária e sempre – sempre – fossem respeitadas a cientificidade e a tecnicidade. Vejam, eu pleiteei autonomia, não insubordinação ou anarquia”, ressaltou.

Karine Melo/ABR



aos Departamentos de Estado, de Segurança Interna e de Defesa, além da Diretoria de Inteligência e da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos.

Segundo o ministro, também estão previstas reuniões com investidores, com a cúpula do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com fundos de investimento, bancos e com a consultoria Eurasia.

Pelo que foi relatado por Fábio Faria, também estão previstas visitas a empresas de comunicação como Qualcomm, Motorola, IBM, AT&T, Ericsson e Nokia. Parte do grupo também terá reuniões com FBI e CIA.

Na lista de integrantes anunciada por Faria, além dele mesmo, Ramagem e dos

senadores, estão o almirante Flávio Rocha, secretário especial; o general Corrêa Filho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética; Hélio Sant’Ana, diretor de tecnologia da Presidência da República; Artur Coimbra, secretário de Telecomunicações; e os ministros do TCU Walton Alencar e Raimundo Carreiro. O ministro Bruno Dantas, segundo Faria, já está nos EUA e se integrará à comitiva.

Sem detalhar nomes ou número de representantes, Faria também disse que viajarão técnicos do TCU e dos ministérios das Comunicações e das Relações Exteriores.

Flávio Bolsonaro e Ciro Nogueira são suplentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Daniel Carvalho/Folhapress

Produção industrial recua 1,3% no país em abril



A produção industrial voltou a perder fôlego no país e recuou 1,3% em abril, na comparação com março. Trata-se da terceira queda consecutiva do indicador. O resultado foi divulgado nesta quarta-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com a retração, a produção das fábricas ficou 1% abaixo do nível pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020. A perda de ritmo reflete a combinação entre piora da crise sanitária e redução de estímulos econômicos, segundo o IBGE.

Em relação a abril de 2020, a produção cresceu 34,7%. A alta expressiva, entretanto, tem relação com a base

fragilizada de comparação.

No quarto mês do ano passado, o indicador havia desabado ao menor ponto da série histórica, com os impactos iniciais da pandemia. O começo da crise sanitária chegou a paralisar operações em fábricas.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação negativa de 0,1% na produção industrial ante março, além de crescimento de 36,9% frente a abril de 2020.

Conforme os dados divulgados pelo IBGE, o indicador acumulou alta de 1,1% em 12 meses até abril de 2021. Foi o primeiro crescimento após 22 taxas negativas. No acumulado deste ano, o setor registra avanço de 10,5%.

Após ser prejudicada pelo começo da crise sanitária, a indústria engatou reação na sequência. Houve nove meses de alta a partir de maio do ano passado. Contudo, esse movimento perdeu fôlego com o passar do tempo.

Ao causar restrições a setores como o comércio, a piora da pandemia no primeiro trimestre dificultou o processo produtivo da indústria. As fábricas também foram afetadas por aumento de custos de insumos e redução de estímulos à economia, indicou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

O auxílio emergencial, por exemplo, só foi retomado em abril, com redução no valor pago e corte no número de beneficiários. Leonardo Viecelli/Folhapress

Fim de prazo extra para patentes deve beneficiar indústria brasileira

A determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) de que o prazo das patentes não ultrapasse quinze anos (modelos de utilidade) e vinte anos (patentes de invenção) deve beneficiar a indústria nacional, afirmam especialistas.

A corte também definiu que a decisão tem efeito retroativo para a área da saúde, o que derrubou 3.435 patentes então vigentes.

“Isso dá um fôlego para as empresas brasileiras que não têm uma área de pesquisa e desenvolvimento como as grandes farmacêuticas. Patente nada mais é do que um monopólio temporário”, afirma o sociólogo Glaucio Arbix, coordenador do Observatório da Inovação da USP.

Arbix aponta que as empresas brasileiras que fabri-

cam genéricos podem se beneficiar com a mudança.

“Essa decisão gera efeitos muito positivos para a indústria de medicamentos”, afirma Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil, que reúne 12 empresas de capital nacional —Aché, Althia, Biolab, Biom, Bionovis, Blanver, Cristália, EMS, Eurofarma, Hebron, Libbs e Recepta—, as quais respondem por 30% de todo o volume de medicamentos fabricados no Brasil.

Para Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), a decisão terá um impacto específico a depender da empresa ou do setor, mas, no geral, é positivo pois pode reduzir o atraso do julgamento dos pedidos de patentes.

Júlia Moura/Folhapress



Com vendas em alta, montadoras irão parar novamente por falta de peças



A venda de veículos leves e pesados em maio teve alta de 7,8% na comparação com abril, segundo dados com base no Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores).

O mês terminou com 188,7 mil unidades emplacadas, número que inclui carros de passeio, veículos comerciais leves, ônibus e caminhões.

Na comparação com maio de 2020 —período em que houve fechamento de lojas devido à pandemia de Covid-19 e dificuldade para registrar carros novos—, o crescimento foi de 203%.

No acumulado do ano, há alta de 31,9% no licenciamento de automóveis zero-quilômetro.

A média diária ficou em 8.986 emplacamentos no úl-

timo mês, número que vem se mantendo estável. O resultado poderia ser melhor caso problemas com fornecimento de peças, principalmente semicondutores, já estivessem resolvidos.

Após seguidas paradas entre março e abril, novas interrupções ocorrerão em junho, de acordo com o cronograma das montadoras.

A General Motors vai paralisar a produção em São Caetano do Sul (Grande São Paulo) por seis semanas a partir do dia 21. Em nota, a montadora afirma que a fábrica começará a ser preparada para receber sua nova picape, mas também há problemas com a falta de componentes.

“Considerando a dinâmica da pandemia e os impactos na cadeia de suprimentos, estabelecemos junto com o

sindicato medidas com o objetivo de manter empregos”, diz a montadora por meio de um comunicado.

A unidade de Gravataí (RS), onde é produzido o compacto Onix, segue com as linhas de produção paradas. O retorno deve ocorrer entre o fim de julho e o início de agosto.

A Nissan também vai interromper as atividades em Resende (RJ) por falta de componentes durante parte do mês de junho. As datas ainda estão sendo definidas pela empresa.

A montadora de origem japonesa já havia paralisado a produção entre os dias 25 de março e 9 de abril. O motivo alegado naquele período foi o agravamento da pandemia de Covid-19.

Eduardo Sodré/Folhapress

Publicidade Legal

Buritirama Mineração S.A.

CNPJ/ME nº 27.121.672/0001-01 – NIRE 35.300.139.836 – Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020

1. Data, Hora e Local: Aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 14:00 (quatorze) horas, na sede da Companhia situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.600, 13º andar, conjunto 131, bairro Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04543-000. **2. Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Presença da totalidade dos acionistas e usufrutuários detentores da totalidade dos direitos de voto das ações Ordinárias Nominativas da Companhia, conforme assinaturas lavradas no Livro de Presenças. **4. Mesa Diretora:** Presidida por João José Oliveira de Araújo e secretariada por Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque. **5. Declarações:** Todos os acionistas declararam que previamente estavam cientes do local, data, hora e ordem do dia, bem como dos assuntos a serem tratados na ordem do dia e respectivos documentos. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a alteração de endereço da FILIAL 04; (ii) constituição de filial no Estado da Bahia; (iii) a renúncia do Diretor Comercial Estratégico e de Logística e do Diretor Financeiro; (iv) a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação e eleição de Diretor para o cargo; (v) eleição do Diretor sem designação específica (vi) a criação do Conselho de Administração da Companhia, (vii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, e (viii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. Deliberações:** Os acionistas, sem ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: (i) Alterar, neste ato, o endereço da FILIAL 04, inscrita no CNPJ sob o nº 27.121.672/0004-54, atos registrados sob o NIRE nº 15.900.273.588, que passa a ser no Município de Barcarena, Estado do Pará, na Rodovia PA 483, s/n, km 11 Trevo do Peteca, sala 102, Distrito de Vila do Conde, CEP 68448-000. (ii) Aprovar a constituição de uma nova filial a qual passará a se localizar no Estado da Bahia, no município de Mansidão, na rua Etevir Dantas, s/nº, Centro, CEP: 47160-000 (FILIAL 08). (iii) Acólher, com eficácia a partir da data de 03 de novembro de 2020, o pedido de renúncia ao mandato de Diretor Executivo Comercial Estratégico e de Logística formulado pelo Sr. João José Oliveira de Araújo, conforme termo de renúncia que será anexado à presente ata, cargo este que permanecerá vago até que um novo Diretor Comercial Estratégico e de Logística seja eleito. Acólher, também com eficácia a partir da data de 03 de novembro de 2020, o pedido de renúncia ao mandato de Diretor Financeiro formulado pelo Sr. Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque, conforme termo de renúncia que será anexado à presente ata, cargo este que permanecerá vago até que um novo Diretor Financeiro seja eleito. Os respectivos Termos de Renúncia com eficácia a partir de 03 de novembro de 2020 seguem anexos à presente ata na forma do Anexo III, todos devidamente arquivados na sede da Companhia (iv) Aprovar a criação da Diretoria Administrativa e de Recursos Humanos e a Diretoria de Tecnologia da Informação e eleger para o cargo de Diretor de Tecnologia da Informação o Sr. Alexon Fernandes dos Santos, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 36.681.024-8 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 004.840.536-12, domiciliado na Av. Juscelino Kubitschek, nº 1.600 – 13º andar, Conjunto 131, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04543-000, cujo mandato passará a valer pelo prazo a partir do dia 03 de novembro de 2020 até 30 de abril de 2022 ou até a investidura de seu sucessor. O Diretor declara estar totalmente desimpedido para desempenhar suas funções, nos termos do art. 147, da Lei nº 6.404/76, conforme Termo de Posse anexo à presente ata na forma do Anexo IV. (v) eleger para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o Sr. Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº MG6883663 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 057.888.746-02, com domicílio comercial na sede da Companhia situada Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.600, 13º andar, conjunto 131, bairro Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04543-000, o qual exercerá o mandato pelo prazo a partir do dia 03 de novembro de 2020 até 30 de abril de 2022 ou até a investidura de seu sucessor. O Diretor ora eleito declara estar totalmente desimpedido para desempenhar suas funções, nos termos do art. 147, da Lei nº 6.404/76, conforme Termo de Posse anexo à presente ata na forma do Anexo IV. (vi) Aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia, que será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, com mandatos de até 03 (três) anos contados de sua eleição, cuja estrutura, forma de funcionamento e outras disposições que regerem sua atuação serão previstas nos capítulos "Administração" e "Conselho de Administração" do Estatuto Social da Companhia, constante no Anexo I à presente ata. (vii) Aprovar a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato de 13 de outubro de 2020 até 12 de outubro de 2023, sendo permitida a reeleição: (a) O Sr. João José Oliveira de Araújo, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.294.091-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 300.692.158-55, com domicílio profissional à Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.600, 13º andar, conjunto 131, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04543-000; (b) O Sr. Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.784.254-1 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 251.667.598-42, domiciliado à Avenida 9 de Julho, nº 4865, Torre A, Conjunto 41, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01407-100; e (c) o Sr. César Augusto Farah, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.163.490-9 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 181.813.788-73, com domicílio profissional à Rua Deputado Laércio Corte, nº 625, Bloco A, apt. 72, Paraisópolis do Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05.706-2900 Sr. João José Oliveira de Araújo será o Presidente do Conselho de Administração, conforme os Termos de Posse anexos à presente ata na forma do Anexo II, todos devidamente arquivados na sede da Companhia. (viii) Em razão das alterações acima aprovadas e da consequente criação do Conselho de Administração da Companhia e da Diretoria de Tecnologia da Informação, bem como, em razão da renúncia do Diretor Comercial Estratégico e de Logística e do Diretor Financeiro, aprovar a modificação do Estatuto Social da Companhia, para (a) incluir os novos artigos 7º, Artigo 8º, Artigo 9º e Artigo 10 ao Estatuto Social da Companhia estabelecendo as regras do Conselho de Administração; e (b) (1) alterar o artigo 2º e incluir o parágrafo oitavo ao artigo 4º contendo o objetivo social da FILIAL 08 (2) alterar a redação do Parágrafo Segundo do Artigo 5º; (3) alterar a redação do Artigo 6º; (4) alterar a redação do caput do Artigo 11, e do seu Parágrafo Primeiro, do Parágrafo Segundo, do Parágrafo Quinto e seus itens (b) excluir a assinatura do Diretor Financeiro e Diretor Comercial Estratégico e de Logística, permitindo assinatura de somente dois Diretores Executivos, (c) permitir a assinatura de Procurador com Procuração outorgada por qualquer diretor, (d) incluir poderes de outorga de procuração ao Diretor Administrativo e de Recursos Humanos e, por fim, Parágrafo Sétimo; (5) alterar a redação do Artigo 12; (6) alterar a redação do Parágrafo Primeiro do artigo 15; e (7) renunciar seus artigos de forma a refletir a inclusão do Conselho de Administração a partir de seu Artigo 7º, passando os artigos do Estatuto Social acima indicados a vigor com a seguinte nova redação: **Artigo 2º** – A companhia tem a sua sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.600, 13º andar, conjunto 131, bairro Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 13571-410 (MATRIZ 01), e 07 (sete) filiais sendo: 02 (duas) filiais instaladas no Município de Marabá, Estado do Pará, uma localizada na Estrada do Rio Preto, s/nº, no KM 135, Zona Rural, CEP 68500-000 (FILIAL 02) e a outra na Rodovia Transamazônica, s/nº, KM 08, bairro Cidade Nova, CEP 68507-765 (FILIAL 03); uma filial localizada no Município de Barcarena, Estado do Pará, na Rodovia PA 483, s/nº, km 11 Trevo do Peteca, sala 102, Distrito de Vila do Conde, CEP 68448-000 (FILIAL 04), uma filial no Município de Nova Ipixuna, Estado do Pará, na Estrada Vicinal Encantado, s/nº, KM 10, Zona Rural, CEP 68585-000 (FILIAL 05); uma filial localizada no Município de Cumaru do Norte, Estado do Pará, na Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Centro, CEP: 68398-000 (FILIAL 06) e, por fim, uma filial localizada no Município de Palmas, Estado do Tocantins, na Avenida B, Quadra 30, Lote 2, s/nº, Alto, bairro Aurenny IV, CEP: 77060-012 (FILIAL 07); uma filial localizada no Município de Mansidão, Estado da Bahia, na rua Etevir Dantas, s/nº, Centro, CEP: 47160-000 (FILIAL 08), podendo instalar outras filiais em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Parágrafo oitavo:** A FILIAL 08 desenvolverá primariamente as atividades de: (a) realizar o aproveitamento de minas e jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais e seus produtos derivados; (b) a aplicação industrial, em todas as suas formas, de minerais, metais, minérios e dos produtos resultantes da industrialização de minerais e seus produtos derivados; (c) o comércio, a armazenagem e o transporte de minérios e produtos minerais, podendo importar máquinas, equipamentos e materiais necessários às suas atividades, assim como se empenhar em qualquer atividade acessória ou relacionada com seus fins principais; (d) a importação e exportação de produtos minerais e seus derivados; (e) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e dos produtos deles gerados e a prestação de serviços de qualquer natureza; (f) prestar serviços de logística integrada de transporte de cargas, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; e (g) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos. **Artigo 5º** – O capital social integralizado é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), divididos em 200.000.000 (duzentos milhões) de ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal. O capital social autorizado é de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, sendo 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e 200.000.000 (duzentos milhões) de ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. As ações preferenciais que forem emitidas não terão direito de voto, tendo apenas a preferência no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de dissolução da companhia. **Parágrafo primeiro:** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da companhia. **Parágrafo segundo:** Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e observado o disposto no artigo 30 da Lei 6.404/76, a companhia poderá negociar suas próprias ações. **Administração. Artigo 6º** – São órgãos da administração da companhia o Conselho de Administração e a Diretoria. **Conselho de Administração. Artigo 7º** – O Conselho de Administração da companhia, cuja maioria será constituída por membros de nacionalidade brasileira, residentes ou não no país, poderá ser composto por no mínimo 03 (três) membros e no máximo 05 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de até 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo primeiro:** Os membros do Conselho de Administração, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Conselheiros, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo segundo:** Qualquer caso de vacância nos cargos do Conselho de Administração, poderá ser preenchido pelo próprio Conselho de Administração, até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído. **Parágrafo terceiro:** O Presidente do Conselho de Administração será eleito na Assembleia Geral de Acionistas. O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração. **Parágrafo quarto:** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: (a) representar o Conselho de Administração; (b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração; e (c) proferir, além do voto próprio, o de qualidade, nos casos de empate. **Artigo 8º** – O Conselho de Administração reunir-se-á por cada exercício sempre que necessário e conforme agenda proposta pelo Presidente do Conselho e aprovada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro:** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, contados da expedição de comunicação escrita, seja ela física ou eletrônica (e-mail), que designará local, data e ordem do dia, salvo nos casos excepcionais ou de manifesta urgência, quando o prazo de antecedência poderá ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas, considerando-se regular a reunião a que compareçam todos os membros, independentemente de quaisquer formalidades preliminares. **Parágrafo segundo:** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de, no mínimo, metade de seus membros efetivos, além do Presidente do Conselho. **Parágrafo terceiro:** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação que possam assegurar a identificação dos conselheiros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião serão considerados presentes à reunião. Os votos proferidos pelos membros que participarem remotamente da reunião poderão ser: (i) gravados em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido e arquivados na sede da

companhia; ou (ii) confirmados, por escrito, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico. **Parágrafo quarto:** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio. **Parágrafo quinto:** As reuniões do Conselho de Administração serão dirigidas pelo Presidente do Conselho de Administração da companhia e secretariadas por um Secretário, conselheiro ou não, nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo sexto:** A Assembleia Geral fixará globalmente a remuneração dos Administradores, cujo valor será repartido segundo a deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 9º** – O Conselho de Administração poderá constituir Comitês, aos quais incumbirão assistir o Conselho de Administração, opinando quando requerido. A composição, remuneração e escopo dos trabalhos dos Comitês, serão fixados pelo Conselho de Administração. **Deliberações do Conselho de Administração. Artigo 10** – As matérias de competência do Conselho de Administração são as previstas no artigo 142 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estabelecendo-se para a aprovação das matérias abaixo relacionadas o quorum mínimo de votos favoráveis equivalente ao da maioria dos Conselheiros, quais sejam: (I) a aquisição ou subscrição pela companhia de participação societária em sociedades controladas ou coligadas (exceto aquelas adquiridas ou subscritas em caráter não permanente, de acordo com as práticas normais de administração de caixa); (II) a contratação de qualquer natureza entre a companhia e as sociedades controladas e coligadas, bem como com os acionistas e qualquer sociedade controlada ou coligada por seus acionistas; (III) a indicação do auditor independente da companhia; (IV) a aprovação prévia dos orçamentos anuais da companhia, inclusive provisões para investimentos; (V) a eleição e destituição dos Diretores da companhia; e (VI) a emissão de ações e outros títulos conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, bem como a fixação das condições da emissão. **Artigo 11** – A companhia será administrada por uma Diretoria composta de 03 (três) a 10 (dez) Diretores Executivos, acionistas ou não, membros do Conselho de Administração, desde que atendido ao limite do § 1º do artigo 143 da Lei nº 6.404/76, residentes no país, que atuarão com as funções e designações que lhes atribuir o Conselho de Administração, sendo eleitos por um período de até 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo primeiro:** A Diretoria Executiva será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor Jurídico, um Diretor de Operações e Processos, um Diretor Comercial Estratégico e de Logística, um Diretor Administrativo e de Recursos Humanos, um Diretor de Tecnologia da Informação, e dois Diretores sem designação específica. **Parágrafo segundo:** A Diretoria tem os poderes e atribuições que a lei e o Conselho de Administração lhes conferir para assegurar o funcionamento da companhia e a consecução de seus objetivos. **Parágrafo terceiro:** A representação da companhia, ressalvadas as das matérias destacadas nos demais parágrafos deste artigo, que se subordinam às condições ali dispostas, formalizar-se-á mediante: (a) a assinatura do Diretor Presidente, isoladamente; (b) a assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, em conjunto; (c) a assinatura de qualquer Diretor Executivo, em conjunto com um Procurador; ou (d) a assinatura de 02 (dois) procuradores, em conjunto. **Parágrafo quarto:** Nos atos decorrentes de outorga de poderes consistentes na cláusula "ad judicia", exclusivamente, as procurações poderão ser outorgadas isoladamente por um único Diretor Executivo e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo quinto:** Nas operações que envolvam individualmente ou sucessivamente, desde que com o mesmo propósito: (I) a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos da companhia, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (II) a celebração de contratos de venda de minério, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (III) a contratação de empréstimos, assunção de quaisquer outras obrigações pela companhia, inclusive prestação de garantias, com qualquer prazo, ou contratos de comercialização de longo prazo, período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ou em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e (IV) a realização de empréstimos a terceiros ou adiantamentos pela companhia em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no dia da realização da operação, deverão contar, para a sua formalização, com a assinatura: (a) do Diretor Presidente, isoladamente; (b) de Dois Diretores Executivos (c) de Procurador nomeado por qualquer Diretor Executivo, acompanhado, obrigatoriamente, de outro Diretor; e (d) de 02 (dois) Procuradores, sendo que ao menos 01 (um) deles deverá ter sido nomeado pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Administrativo e de Recursos Humanos. **Parágrafo sétimo:** No caso de vaga na Diretoria, caberá ao Conselho de Administração o preenchimento do cargo vago. **Artigo 12** – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, na forma e nos casos previstos em lei. **Artigo 15** – No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos Acionistas um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Parágrafo primeiro:** Mediante deliberação do Conselho de Administração da companhia, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral, ou em períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Fica o Conselho de Administração autorizado, ainda, a distribuir dividendos por conta dos dividendos obrigatórios no caput anterior, e dos juros sobre capital próprio, antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, mas ad referendum da mesma. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, às 15:00 (quinze) horas foi declarada encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76). São Paulo, 13 de outubro de 2020. **Assinaturas:** João José Oliveira de Araújo – Presidente; Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque – Secretário. **Acionistas:** João José Oliveira de Araújo, Skypar Empreendimentos e Participações EIRELI e Skypar International Limited. Cópia da ata constante no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais. São Paulo, 13 de outubro de 2020. **João José Oliveira de Araújo** – Presidente da Mesa; **Daniel Demicheli R. de Albuquerque** – Secretário da Mesa. **Acionistas:** João José Oliveira de Araújo; **Skypar Empreendimentos e Participações EIRELI**; João José Oliveira de Araújo; **Skypar International Limited**; João José Oliveira de Araújo. JUCESP – Registrado sob o nº 545.108/20-2 em 23/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar futuro cai 1,46% e juros terminam quase estáveis

O dólar futuro encerrou a sessão desta quarta-feira em queda de 1,46%, a R\$ 5,0875 no vencimento para julho, à medida que o otimismo com os ativos brasileiros dominou o sentimento do mercado nesta data. O volume financeiro foi de R\$ 18,4 bilhões.

Em meio ao noticiário envolvendo captações e recordes nominais consecutivos da Bolsa, além da surpresa com o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, a cena fiscal também chama a atenção. Diversas instituições financeiras passam a prever

menos pressão nos gastos, o que também foi constatado por agências de classificação de riscos, como a Fitch semana passada e a S&P Global nesta quarta.

A reafirmação do rating por essa última, aliás, ocorreu no início da sessão estendida dos juros, e provocou, naquele momento, uma queda adicional das taxas, posteriormente absorvida.

Ao fim, o DI para janeiro de 2022 recuou de 5,11% na sessão regular a 5,10% na estendida. O janeiro 2023 caiu de 6,705% a 6,695%. O janeiro 2025 foi de 7,80% a 7,81%.

IstoéDinheiro



Bolsa fecha na máxima, em alta de 1,04%, em novo recorde histórico



Com dólar a R\$ 5,06 na mínima da sessão, o Ibovespa seguiu renovando máximas históricas no período da tarde desta quarta-feira, estendendo a sequência de recordes pelo quarto dia, apesar da véspera de feriado no Brasil e do dia cauteloso em Nova York, com o Livro Bege, do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), chamando atenção para aumento de pressões sobre os preços nos Estados Unidos desde o sumário econômico anterior. Foi o sexto ganho consecutivo para o índice da B3, igualando sequência do intervalo entre 3 e 10 de novembro, que havia sido a mais longa desde a virada

de maio para junho de 2020, quando ocorreram sete altas entre os dias 29 de maio e 8 de junho.

Nesta quarta, o índice da B3 fechou exatamente na nova máxima histórica, de 129.601,44 pontos, em alta de 1,04%, saindo de mínima na sessão a 128.166,64, com abertura aos 128.268,08 pontos. Reforçado pelo segundo dia, o giro financeiro chegou ontem a R\$ 46,4 bilhões. Na semana, o Ibovespa avança 3,22%, elevando os ganhos do ano a 8,89% – e acumulando 2,68% nestas duas primeiras sessões de junho, de renovação de picos históricos tanto no intradía como no fechamento.

“O ano de 2021 está me-

lhor do que 2020, não há dúvidas, mas a comemoração tem que ser muito comedida. O Brasil segue com crescimento por fatores alheios aos seus próprios esforços – portanto, a maravilhosa volatilidade segue em jogo”, diz a economista-chefe do Banco Ourinvest, Fernanda Consorte, destacando que a sensação de recuperação econômica tirou pressão do câmbio, particularmente depois do PIB divulgado na terça, e o ajuste na moeda é alimentado também pela expectativa de forte fluxo por operações de captação de grandes empresas, como CSN e Petrobras, bem como pela relativa melhora do humor internacional.

IstoéDinheiro

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962 – (“Companhia”)

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021

1. Data, Horário e Local da Assembleia: Realizada em 26/04/2021, às 10h00, por meio digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), considerada realizada na sede social da Companhia, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, Prédio Administrativo, CEP 13052-900. **2. Convocação e Presença:** Conforme convocação enviada por meio eletrônico aos acionistas em 16/04/2021, compareceram à presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, sendo regularmente instalado o conclave na forma do § 4º do artigo 124 da Lei das S.A. Registra-se, também, a presença de representantes do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria externa. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Villar Garcia e secretariados por mim, Pablo Fortes Iglesias. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) Destinação de lucro líquido; (iii) Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, para mandato no período de maio de 2021 até abril de 2022; **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Remuneração global dos administradores da Companhia para o período de maio de 2021 até abril de 2022. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, lidas as matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia passaram à análise, discussão e deliberação, conforme abaixo: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar, por unanimidade, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31/12/2020, nos termos do deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 06/04/2021, conforme relatório emitido pela Consultoria Independente em anexo; (ii) Por unanimidade, deliberar pela não distribuição de dividendos, posto que a Companhia não apresentou lucro; (iii) Eleger, por unanimidade, os membros dos Conselhos Fiscal da Companhia, com mandato de maio de 2021 até abril de 2022, conforme abaixo: Como **Membro Titular**, o Sr. **Diogo Piloni e Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2093612 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 726.683.001-00, residente e domiciliado na SOS nº 404, bloco C, ap. 202, Asa Sul – Brasília/DF, CEP 70.238-030; e, como **Membro Suplente**, o Sr. **Cândido Ferreira de Assis Neto**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2259460 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.097.044-47, residente e domiciliado na Rua 36, lote 1, ap. 1104, Águas Claras – Brasília/DF, CEP: 71.900-352. Como **Membro Titular**, o Sr. **Antonio Carlos Bonini Santos Pinto**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.615.443-9 SSP/SP; e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.230.088-50, com endereço comercial na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, Prédio Administrativo, CEP 13052-900; e, como **Membro Suplente**, o Sr. **Maurício Lotti de Domenico**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.612.340 SSP-SP; e inscrito no CPF/MF sob o nº 157.588.158-61, com endereço comercial na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, Prédio Administrativo, CEP 13052-900. Como **Membro Titular**, o Sr. **Bruno Shigueyoshi Oshiro**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.589.821; e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.475.088-10, com endereço comercial na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, Prédio Administrativo, CEP 13052-900; e, como **Membro Suplente**, o Sr. **Evandro Ferreira de Oliveira**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 307.569.568-89, com endereço na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/n, CEP 13052-900. **5.1.** O Acionista Infraero esclarece que, excepcionalmente e em razão de procedimento de sua governança interna, deixa de indicar membro suplente para a composição do Conselho Fiscal da Companhia, ora eleito, comprometendo-se, ainda, a solucionar a questão o mais breve possível. **5.2.** Os membros do Conselho Fiscal, ora eleitos, tomam posse dos seus respectivos cargos nesta data para o cumprimento do mandato unificado que encerrar-se-á em abril de 2022, mediante assinatura dos respectivos termos de posse com declaração de desimpedimento, lavrados em livro próprio e que seguem arquivados na sede da Companhia, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.1** Em função da deliberação acima: (a) o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a abril de 2022, passa a ter a seguinte composição: i. Antonio Carlos Bonini Santos Pinto como membro titular e Mauricio Lotti de Domenico como membro suplente; ii. Bruno Shigueyoshi Oshiro como membro titular e Evandro Ferreira de Oliveira como membro suplente; iii. Diogo Piloni e Silva como membro titular. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar, por unanimidade, a Remuneração Global dos Administradores da Companhia, conforme planilha arquivada na sede da Companhia. **6. Lavratura da Ata e Publicação:** Por unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral ordinária e extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da Mesa desta Assembleia. A publicação da ata será feita com a omissão das assinaturas dos Acionistas, conforme o § 2º, do Artigo 130, da LSA. Campinas, 31/03/2020. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: João Villar Garcia; Secretário: Pablo Fortes Iglesias OAB/SP 369.194. **Acionistas:** Aeroportos Brasil S.A., Gustavo Müssnich: Diretor Vice-Presidente; Luciano Barbosa Theodorou: Diretor Vice-Presidente. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, Dr. Frederico Guilherme Piclum Versosa Geiss. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 254.771/21-0 em 31/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Buritipar Holding S.A.

CNPJ/ME nº 30.850.163/0001-24 – NIRE 35.300.518.365

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2021, às 16:00 horas, na sede da Companhia situada na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 11º andar, conjunto 111, Bairro Jardim Europa, São Paulo-SP. **2. Convocação:** Dispensada a convocação e a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Presença:** Presença dos acionistas detentores da totalidade das ações Ordinárias Nominativas da Companhia, conforme assinaturas lavradas no Livro de Presenças. **4. Mesa Diretora:** Presidida por João José Oliveira de Araújo e secretariada por Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque. **5. Declarações:** Todos os acionistas declararam que previamente estavam cientes do local, data, hora e ordem do dia, bem como dos assuntos a serem tratados na ordem do dia e respectivos documentos. **6. Ordem do Dia:** (i) Apreciação, discussão e votação das contas dos Administradores, do Relatório Anual das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (ii) Apreciação da proposta de orçamento global sugerido para o ano de 2021. **7. Deliberações da Assembleia Geral Ordinária:** Os Acionistas, por unanimidade de votos dos presentes e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, deliberaram: (i) Aprovar as Contas dos Administradores, o Relatório Anual das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020, conforme publicações realizadas dia 10/04/2021 no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, página 27, e no jornal Data Mercantil, página 05; e (ii) Aprovar o orçamento global sugerido pela Administração no valor de R\$ 8.000.000,00 para remuneração dos Administradores para o Exercício Social de 2021. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, às 17:00h foi declarada encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76). São Paulo, 30/04/2021. Assinaturas: Mesa: João José Oliveira de Araújo – Presidente; Daniel Demicheli Ricardo de Albuquerque – Secretário. Cópia da ata constante no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais. Acionistas: João José Oliveira de Araújo, Skypar Empreendimentos e Participações EIRELI por João José Oliveira de Araújo. JUCESP – Registrado sob o nº 253.304/21-0 em 20/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53 – NIRE 35.300.352.432

Edital de 2ª Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures (“Debenturistas”) emitidas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Debêntures” e “Companhia”, respectivamente), celebrado em 29/01/2020 e posteriormente aditado (“Escritura de Emissão”), entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”), convocados para reunir em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), a ser realizada em segunda convocação, no dia 18/06/2021, às 10h00min (“Assembleia Geral de Debenturistas” ou “AGD”), de forma exclusivamente digital e eletrônica, através de plataforma Google Meet, nos termos da Instrução CVM nº 625 (“ICVM 625”), de 14/05/2020, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a concessão de prazo adicional de 45 dias, contados da aprovação deste item, para a celebração do aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 12/02/2020 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), com vistas a atualizar as apólices atualmente vigentes e atender o que preceitua a cláusula 6.1, alíneas “(r)” e “(s)” do instrumento supracitado, considerando que o prazo originalmente previsto na alínea “(r)” da cláusula supracitada não será observado; (ii) aprovar a alteração do mecanismo de renovação das apólices, conforme cláusula 6.1 alínea “s” do Contrato de Cessão Fiduciária, com a consequente alteração da referida cláusula para que, nos casos de renovação de apólice vinculada à Emissão, não seja necessária a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (gerando numerosos aditivos ao referido instrumento, para essa finalidade) com vistas a atualizar o Anexo I, sendo que, nesse caso, deverá haver o endosso nas apólices ao Agente Fiduciário, bem como haver a inclusão da menção de que a seguradora, quando e se houver alguma indenização à Companhia, deverá consultar previamente o Agente Fiduciário solicitando a autorização para o crédito na conta da Companhia, permanecendo vigente a obrigação de enviar a notificação referida nas cláusulas 2.2, 2.2.1 e 6.1 alínea “r” do Contrato de Cessão Fiduciária. A nova redação da cláusula 6.1 alínea “s” do Contrato de Cessão Fiduciária passaria a vigorar com a seguinte redação: 6.1. (...) (s) em qualquer das hipóteses previstas no item (i) acima, a Cedente deverá encaminhar ao Agente Fiduciário (i) a relação atualizada do Anexo I contendo as novas informações; e (ii) em até 45 dias contados da celebração de nova apólice, a comprovação do endosso para inclusão do Agente Fiduciário como beneficiário, conforme redação a seguir (ou outra redação que venha a ser aprovada previamente pelos Debenturistas, em sede de Assembleia): 1. Cláusula de Beneficiário Indicado: Fica entendido e acordado que passa a fazer parte da presente apólice como beneficiário indicado (i) a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0003-08 (“Agente Fiduciário”). 2. Indenizações: Fica entendido e acordado que quaisquer indenizações devidas por sinistros ocorridos envolvendo locais e bens segurados sob a presente apólice que constituem garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. celebrado em 29/01/2020, conforme aditado, com o Agente Fiduciário, serão pagas na conta bancária da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. aberta junto ao Banco Santander Brasil S.A. conforme indicada abaixo.

Empresa	CNPJ	Banco/Agência	Conta
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	10.635.691/0001-53	Santander /Ag. 2271	13056741-1

(iii) autorizar a Companhia para, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebrar todos e quaisquer documentos e tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações tomadas na AGD. **Informações Adicionais:** Em atendimento à ICVM 625, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1. Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilitará a participação remota dos Debenturistas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Companhia. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 dias antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Companhia enviará um e-mail ao respectivo debenturista contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. **2. Instrução de Voto a Distância:** O debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio de instrução de voto a distância, disponível na página da rede mundial de computadores da Viarondon (<http://www.viarondon.com.br/informacao-investidores>) (“Instrução de Voto a Distância”). Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto a Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, de acordo com o item 1 acima, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada. A Companhia e o Agente fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. Lins, 31/05/2021. **ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.** (01, 02 e 03/06/2021)

Confira no nosso site as principais notícias do dia: www.datamercantil.com.br

Juros caem forte, com dólar, fiscal e aposta em fim de ‘normalização parcial’



A redução forte das taxas de longo prazo, na esteira do dólar fraco e do otimismo com a situação fiscal do País, causaram nesta quarta-feira desinclinação firme da curva de juros. O diferencial entre os vencimentos de 2022 e 2027 cedeu a 323 pontos-base, o menor desde março de 2020. Como pano de fundo do movimento está também as apostas de que o Banco Central vai retirar, no comunicado da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de daqui duas semanas, a menção à “normalização parcial” da Selic. Os rendimentos tiveram recuo adicional na sessão estendida, após a S&P Global reafirmar o rating do Brasil, cancelan-

do as apostas em crescimento mais sólido.

A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 recuou de 5,132% na terça-feira a 5,11% nesta quarta-feira. O contrato janeiro 2023 passou de 6,759% a 6,705%. O janeiro 2025 ce- deu de 7,925% a 7,80%. E o janeiro 2027 caiu de 8,444% a 8,34%.

O diferencial entre as taxas de janeiro 2022 e janeiro 2027, um indicativo da inclinação da curva, recuou a 323 pontos-base. Este é o menor valor desde 26 de março de 2020 (321 pontos-base).

O otimismo com ativos domésticos nas últimas sessões alimentou essa forte desinclinação da curva de juros nas últimas sessões. Nesta

quarta, em especial, captações e um novo recorde nominal do Ibovespa voltam a comprovar o apetite do investidor estrangeiro com o País.

Nos juros, o cenário de alívio já vem sendo sentido há duas semanas. Dia a dia, novos indicadores reforçaram a aposta de que a atividade econômica tem se mostrado resiliente na segunda onda da covid-19, o que se reflete em arrecadação recorde e consequente melhora de perspectiva para as contas públicas. O impacto foi sentido nos vencimentos médios e longos.

Nos curtos, por sua vez, um ajuste para cima decorreu de leituras mais fortes de índices de preços, contratando inflação resistente adiante.

NÚMEROS DO MERCADO FINANCEIRO

DÓLAR compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,1140 / R\$ 5,1147 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,0820 / R\$ 5,0840 *
Turismo - R\$ 5,0800 / R\$ 5,2470

(*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,20%

OURO BM&F R\$ 309,000

BOLSAS B3 (Ibovespa)
Variação: 1,04%
Pontos: 129.601
Volume financeiro: R\$ 41,469 bilhões
Maiores altas: Petrobras ON (4,96%), Braskem PN (4,82%), BRF ON (4,11%)
Maiores baixas: B3 ON (-3,90%), Sul América UNT (-3,35%), Locaweb ON (-3,16%)

S&P 500 (Nova York): 0,14%
Dow Jones (Nova York): 0,07%
Nasdaq (Nova York): 0,14%
CAC 40 (Paris): 0,50%
Dax 30 (Frankfurt): 0,23%
Financial 100 (Londres): 0,39%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,46%
Hang Seng (Hong Kong): -0,58%
Shanghai Composite (Xangai): -0,76%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,97%
Merval (Buenos Aires): 2,56%
IPC (México): 0,05%

Negócios

Johnson & Johnson terá de pagar US\$ 2,1 bilhões por vender talco que oferece risco para a saúde



A Suprema Corte dos Estados Unidos se recusou nesta terça-feira (1º) a considerar um recurso da farmacêutica americana Johnson & Johnson, confirmando assim sua sentença de pagar US\$ 2,1 bilhões (cerca de R\$ 10,8 bilhões) em indenização pela venda de talco feito. Segundo consumidores, o talco tinha produtos cancerígenos.

A mais alta instância do país não esclareceu, como de costume, sua decisão, que encerra anos de contencioso e pode repercutir em outras ações coletivas.

A fabricante de produtos de higiene recebeu milhares de reclamações nos últimos anos de pessoas que a acusavam de vender talco que

continha amianto e causava câncer de ovário.

A Johnson & Johnson sempre negou essas acusações.

A empresa foi condenada várias vezes, uma delas em 2018 por um júri que a sentenciou a pagar US\$ 4,7 bilhões a 22 demandantes por danos e prejuízos.

Em junho de 2020, um tribunal de apelações do Missouri reduziu esse valor, concluindo que alguns demandantes, por não ter vínculos com o estado, não deveriam ter sido incluídos no julgamento.

No entanto, o tribunal considerou que o grupo havia “deliberadamente vendido produtos contendo amianto aos consumidores”, o que causou “grande desgaste fi-

sico, mental e emocional”.

A Johnson & Johnson apelou para a Suprema Corte do Missouri, que se recusou a revisar o caso, e depois para a mais alta corte do país, que fez o mesmo nesta terça-feira.

O grupo argumentou que a ação coletiva, que incluía demandantes de outros estados, violava seus direitos e contestava o valor punitivo da sentença.

Para a empresa, a decisão da Suprema Corte não tem nada a ver com “segurança do produto” e também criticou que “deixa de lado importantes questões jurídicas que os tribunais estaduais e federais continuarão a enfrentar” sobre temas processuais e de competência legal.

Pix aumenta satisfação dos clientes com bancos, diz levantamento

A recente e acelerada difusão do Pix melhorou a satisfação dos clientes com as instituições bancárias. Esta é a conclusão do novo levantamento da Bain & Company, feito por meio da 3ª atualização do NPS Prism® de Bancos e Instituições financeiras Brasil – ferramenta de benchmarking de experiência do cliente desenvolvida pela consultoria.

A análise foi feita no primeiro trimestre deste ano com mais de 250 mil clientes ouvidos ao longo de 9 meses e inclui informações de cerca de 50 instituições financeiras (incluindo bancos tradicionais, digitais e corretoras).

Ao analisar os fatores relacionados à melhoria de percepção dos clientes, observou-se que os clientes com Pix indicaram NPS® 13 pontos percentuais acima daqueles

sem Pix, que mantiveram praticamente o mesmo patamar de NPS® do período anterior.

Além disso, quando perguntadas sobre as diferentes experiências relacionadas ao uso de sua conta, as pessoas pesquisadas indicaram que “transferir dinheiro” foi a jornada que mais teve percepção de melhoria no primeiro trimestre de 2021 em relação ao período anterior.

“Isso corrobora o impacto do Pix na experiência do cliente, em especial na transferência de dinheiro”, destaca Silvio Marote, sócio da Bain & Company. “As inovações trazidas pelo Pix podem servir de referência para melhorias em outras jornadas dos clientes. Será interessante seguir acompanhando como estas evoluções irão impactar os clientes nos próximos meses”, completa.

IG



Rede de franquias da LafargeHolcim, que decidiu vender operação no Brasil, abre lojas e turbinou faturamento



Enquanto a cimenteira franco-suíça LafargeHolcim decidiu colocar à venda sua operação brasileira para deixar o país, a Disensa, rede de franquias de material de construção do grupo, segue anunciando números recordes. A varejista encerrou o mês de abril com 221 lojas, em seis estados, ante 135 unidades no primeiro quadrimestre de 2020.

E o faturamento alcançou R\$ 75,6 milhões de janeiro a abril, 33% superior a igual período do ano passado.

Segundo a empresa, foi o melhor quadrimestre em expansão no número de contra-

tos, desde que a rede chegou ao país, com 44 novos acordos.

Favorecido por condições da pandemia, como o auxílio emergencial e as reformas dos consumidores isolados em casa, o varejo de material de construção, que não foi obrigado a fechar as portas na maior parte do tempo, comemorou crescimento expressivo de vendas, acompanhado de falta de produtos e alta de preços.

O cenário também beneficia o crescimento de outras empresas do setor, como a rede C&C, que estuda a aprovação de um plano mais forte de abertura de lojas para os próximos meses, além da pre-

visão de uma nova loja para o segundo semestre e a reforma de ao menos 11 unidades em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No mês passado, as lojas físicas da C&C ainda registraram aumento no fluxo de consumidores, com alta de 60% nas vendas, segundo a empresa, que projeta novo impulso em junho. A estratégia vai ser uma ação promocional agressiva.

As vendas foram puxadas pelos materiais de acabamento. Pisos e revestimentos quase dobraram em relação ao ano passado. A venda de louças cresceu cerca de 50%, e os metais, 30%, segundo a empresa.

Biznews